



UNIVERSIDADES E PROFESSORES PRODUTIVOS: ENSAIO SOBRE SER PROFESSOR NA UNIVERSIDADE GERENCIALISTA

Marcelo Marchine Ferreira – UNESPAR/FECILCAM, mmarchine@gmail.com

RESUMO: A lógica gerencialista constitui-se em práticas de gestão que, atuando sobre organizações e trabalhadores, configura-se como tecnologia de poder no contexto do modelo capitalista; modelo sobre o qual foi construído e disseminado consenso de que educação e conhecimento científico constituem elementos primordiais para o crescimento e desenvolvimento econômico e social. Educação, ciência e tecnologia passam a serem considerados como os “novos” elementos propulsores de desenvolvimento econômico e social na denominada “sociedade do conhecimento”. Nesse contexto universidades enquanto organizações de interesse para o capital passam a ter autonomia gerenciada heteronomamente e os professores-pesquisadores, na condição de capital humano gerenciável, se tornam uma nova categoria de trabalhadores explorados. Nesse sentido a questão norteadora deste ensaio constitui-se em: como compreender melhor o trabalho do professor-pesquisador da universidade pública, hoje pautada em termos de gestão pela lógica gerencialista e que cultua o produtivismo e a medida do que seus trabalhadores produzem como eixo que norteia o seu caminhar na profissão docente? O caminho metodológico para o ensaio é bibliográfico, apoiado em textos de autores cujas origens teóricas passam pela psicodinâmica do trabalho, administração, sociologia e educação, e cujos olhares sobre os elementos que compõem a questão possibilitam o enriquecimento da compreensão do processo de imbricação entre o trabalho do professor, o produtivismo acadêmico e a lógica gerencialista em instituições universitárias.

Palavras-Chave: Ensino Superior. Produtivismo Acadêmico. Ideologia e Poder Gerencialista.

1 Introdução

A lógica gerencialista constitui-se em práticas de gestão que, atuando sobre organizações e trabalhadores, configura-se como tecnologia de poder no contexto do modelo capitalista. Tecnologia que, no âmbito das organizações, busca subsumir a subjetividade dos trabalhadores a um modelo de comportamento funcional e instrumentalmente alinhado aos objetivos de reprodução e perpetuação do modelo, que tem na constante, crescente e permanente acumulação de capital sua base de sustentação.

Nesse contexto é que foi construído e disseminado consenso, em nível mundial, de que educação e conhecimento científico (e inovação tecnológica dele decorrente) constituem-se como elementos primordiais para o crescimento e desenvolvimento econômico e social (MACHADO, BIANCHETTI; 2011). Decorrente desse consenso surge o conceito de *capital humano* e a ideia de *sociedade pós-industrial*. O conceito de *capital*

humano estabelece relação de interdependência entre a elevação da educação e a renda, ao passo que a ideia de *sociedade pós-industrial* considera a ciência e a tecnologia como elementos modificadores da estrutura das relações de produção e da sociedade. O avanço do desenvolvimento da ciência e tecnologia depende, dentre outros elementos, de capital humano com formação educacional de qualidade.

Educação, ciência e tecnologia passam, então, a serem consideradas como questões relevantes na agenda econômica e política dos estados nacionais e que começaram a receber progressivos e crescentes investimentos. Isso porque são tidos como os “novos” elementos propulsores de desenvolvimento econômico, social e humano na denominada “sociedade do conhecimento” (DRUCKER, 2007; CASTELLS, 2003). E no avançar desse processo todo, a participação e o papel das universidades foram mínimos, sendo relegada a ela função de executora de decisões decorrentes do tratamento econômico e político da questão e que são relativas, fundamentalmente, ao ensino para formação de quadros profissionais, a formação de cientistas e a produção científica (MACHADO, BIANCHETTI; 2011).

O que de fato está por trás dos consensos e ideias acerca do papel da educação, ciência e tecnologia como elementos-chave no desenvolvimento econômico, humano e social dos países (dentro dessa lógica) é o interesse dos setores empresariais na mercadorização da educação e da pesquisa, tidos como funcionalmente úteis aos objetivos de lucros e acumulação de capital. Universidades, notadamente as públicas, passam a ter uma autonomia gerenciada heteronomamente e seus trabalhadores – notadamente os professores-pesquisadores, na condição de capital humano gerenciável, se tornam uma nova categoria de trabalhadores explorados sem necessidade de se submeterem a uma linha de produção fabril (a linha de produção existe, mas é de outra natureza).

No sentido do que foi exposto julgo importante dar a dimensão objetiva dos argumentos e discussões que serão tratadas no presente ensaio. A temática compreende, assim, questões relativas ao trabalho do professor, ao produtivismo acadêmico e à lógica gerencialista em instituições universitárias. Especificamente o objetivo é apresentar argumentos críticos que contribuam com a análise e a compreensão da imbricação que envolve os três elementos. A questão norteadora constitui-se em: como compreender melhor o trabalho do professor-pesquisador da universidade pública, hoje pautada em termos de gestão pela lógica gerencialista e que cultua o produtivismo e a medida do que seus trabalhadores produzem como eixo que norteia o seu caminhar na profissão docente?

Para levar a cabo tal objetivo procurei, no presente texto, expor e explorar alguns aspectos sobre a questão. Percorri um caminho metodológico bibliográfico, apoiado em textos de autores cujas origens teóricas passam pela psicodinâmica do trabalho, administração, sociologia e educação, e cujos olhares sobre os elementos que compõem a

questão possibilitam o enriquecimento da compreensão do processo de imbricação já citado. Não se trata de um texto cujas reflexões levarão a uma conclusão a respeito da temática, mas cuja intenção é contribuir para esclarecê-la um pouco mais.

2 Lógica gerencialista e trabalho nas organizações empresariais contemporâneas

De forma geral mudanças substanciais têm sido verificadas em termos de reconfiguração dos processos de gestão nas organizações empresariais contemporâneas, notadamente em função da já muito discutida revolução informacional que precedeu a caracterização atual da chamada sociedade do conhecimento. De fato, sociólogos, economistas, filósofos somados a um grande número de pesquisadores de diversas áreas e, ainda, os denominados intelectuais do campo da gestão definem a época atual em termos de sua relação com o conhecimento. Afirmam que vivemos em uma “sociedade do conhecimento” onde questões pertinentes às ocupações produtoras e disseminadoras de conhecimento correspondem à marca determinante dessa sociedade. Ao mesmo tempo há questionamentos e discussões sobre a validade dessa caracterização da sociedade como sendo “do conhecimento”, uma vez que a época atual não é a primeira a levar a sério tais questões e “a mercantilização da informação é tão velha quanto o capitalismo” (BURKE, 2003, p.11).

Todavia, preocupa-nos menos a questão de como definir em linhas gerais a sociedade atual em termos de conceituação relacionada a uma caracterização marcante do tempo atual. A preocupação aqui reside na intencionalidade que está, de fato, por detrás do articulado e sedutor discurso da chamada sociedade do conhecimento, pois conforme Burke (2003) argumenta a sociedade atual não corresponde à única na história da humanidade que tratou seriamente a questão. Demo (2005) aponta para uma compreensão mais adequada a esse respeito dizendo que todas as sociedades foram, no seu tempo, sociedades do conhecimento e a atual, em que vivemos, pode ser descrita mais apropriadamente como sociedade intensiva em conhecimento, dado que ele – o conhecimento – permeia praticamente todas as instâncias da vida das pessoas, quer tenham ou não consciência disso.

Ainda sobre a questão, Demo (2005) apresenta argumento de que, na prática, a característica mais profunda da atual sociedade é a informacional onde o manejo competitivo da informação com base no conhecimento define o contexto capitalista contemporâneo. Castells (2003), autor representativo da defesa do paradigma da denominada sociedade informacional, se deteve em ampla discussão sobre a questão da

sociedade da informação e argumentou, em linhas gerais, que este é o contexto que tem permitido o desenvolvimento e crescimento econômico e no qual as empresas contemporâneas encontram condições para incrementarem substantivamente seus lucros. E que condições são estas de que fala Castells (2003)? São elas: redução de custos de produção, aumento da produtividade, alargamento do mercado e aceleração do giro do capital. Todas essas condições são, segundo o autor, obtidas basicamente por meio de inovação tecnológica e gestão de Ciência e Tecnologia em que “tecnologia de gestão” é tão fundamentalmente importante quanto “gestão da tecnologia”.

Faz-se importante dar destaque aqui ao que Castells (2003) disse sobre “tecnologia de gestão” ser tão importante quanto “gestão da tecnologia”. Em um primeiro olhar parece trocadilho, porém, em análise mais atenta é possível perceber a intencionalidade da exposição do termo da forma como foi realizado. Não há dúvidas de que tecnologias de gestão estão na agenda de preocupações permanente das organizações empresariais contemporâneas. O gerenciamento, de maneira geral, na organização empresarial contemporânea é a forma com a qual ela pode se reinventar e re-significar sua forma de ação na busca de manter em elevação sua competitividade e lucratividade, movimentando mais rapidamente o capital. Como exemplo, em se tratando da evolução das ações empresariais em termos de gerenciamento e de sua relação com evidências de como o capitalismo se reinventa e desenvolve continuamente novas formas de continuar a se reproduzir por meio de tecnologias de gestão, GORZ (2005) apresenta um quadro em três estágios que põe em evidência a evolução do que as organizações tem se preocupado internamente e que podemos relacionar com a ideologia gerencialista apresentada por Gaulejac (2007).

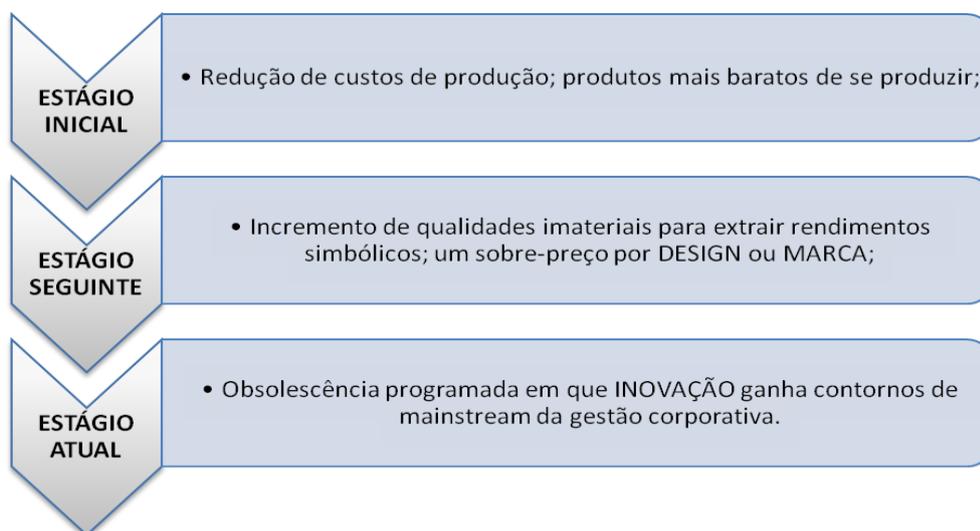


Figura 1: estratégias empresariais para aumentar lucros. Adaptado de GORZ (2005).

Para Gaulejac (2007) a ideologia gerencialista configura-se em sua operacionalidade como uma tecnologia de poder que dá legitimação a uma abordagem instrumental, utilitarista e contábil ente o homem e a sociedade. Pragmatismo, racionalidade, desempenho, qualidade, eficácia, competição, mobilidade, flexibilidade, *online*, *real time* são ingredientes da receita gerencialista que dão justificação ao fazer das empresas (e de outras organizações) frente à guerra econômica competitiva e mascaram as intencionalidades próprias da condução do processo de acumulação de capital. Como resultado tem-se uma “[...] sociedade global, marcada por um desenvolvimento paradoxal, na qual a riqueza e a pobreza aumentam, assim como o conhecimento e a ignorância, a criação e a destruição, o bem-estar e o sofrimento, a proteção e a insegurança.” (GAULEJAC, 2007, p. 27).

Portanto, é por meio da ideologia gerencialista, materializada em tecnologias de gestão que o poder e a dominação econômica (capitalista) se instalam e provocam mudanças programadas e carregadas de intencionalidade nos diversos espaços da sociedade. E um desses espaços é o educacional, onde a noção de produtividade (elemento próprio das tecnologias de gestão) foi posta em pauta no Brasil já na década de 1950 a partir “dos trabalhos de Theodore Schultz, conhecidos sob a denominação de ‘teoria do capital humano’ (SAVIANI, 2010, p. 39). Significando a forma de demonstração do valor econômico da educação, essa teoria significou, também, compreendê-la (a educação) como relevante elemento para o desenvolvimento econômico, isto é, propriamente um bem de produção. Foi assumida pelo Estado brasileiro como “pedagogia oficial” no âmbito da política econômica, buscando ser difundida e implementada em todas as escolas do país em um contexto da época pautado pela economia keynesiana e pela política do Estado do Bem-Estar Social que preconizava o pleno emprego. Foi re-significada posteriormente à década de 1970, passando do nível de política econômica para o de responsabilidade individual em que um novo contexto emergiu, onde não era mais iniciativa do Estado “assegurar a preparação da mão-de-obra para ocupar postos de trabalho definidos em um mercado que se expandia em direção ao pleno emprego” (SAVIANI, 2010, p. 41). A responsabilidade por adquirir os meios para sua colocação no mercado de trabalho – e por competir nele – passa a ser do indivíduo, pois na atual forma de desenvolvimento do sistema capitalista, não há emprego para todos.

De acordo com Saviani (2010, p. 41) “nessa nova situação a teoria do capital humano foi refuncionalizada e é nessa condição que ela alimenta a busca de produtividade na educação [...]”. E a produtividade na educação é a produtividade dos trabalhadores da educação, dos professores e, no contexto do objetivo aqui proposto, dos professores-pesquisadores das universidades públicas.

Numa acepção abrangente, portanto, é possível dizer que essas questões todas se relacionam com uma lógica gerencialista que compreende aspectos imbricados de poder e

ideologia, e que conforme descrita por Gaulejac (2007, p. 27), tem se apresentado nas organizações empresariais como uma “tecnologia de poder” que coopta a subjetividade dos indivíduos e “mobiliza sua psique sobre objetivos de produção” (GAULEJAC, 2007, p. 37). Pode-se dizer, então, que se apresenta como instrumento de dominação, controle e condicionamento do trabalhador numa forma *soft*, não repressiva, mas não menos agressiva. É uma nova forma de organização empresarial em que os trabalhadores aderem ao discurso do “projeto da empresa” e submetem-se, assim, por meio da manipulação de suas subjetividades, inconscientemente a ele. A organização empresarial contemporânea propõe ao trabalhador um contrato simbólico aliado a um discurso que o prende com a promessa de autonomia, de liberdade, de criatividade e de compartilhar com ele o sucesso alcançado. Em outras palavras, o discurso da nova organização empresarial contemporânea que busca fazer com que o trabalhador venha a aderir a ele é um discurso de sedução.

Nesse sentido, como característica marcante, a lógica gerencialista busca traduzir atividades humanas dentro das organizações empresariais (e não empresariais) em medidas de desempenho marcadas em grande parte por indicadores relacionados a aspectos econômico-financeiros. O que, por sua vez, objetiva uma avaliação do “desempenho” organizacional – e, por decorrência lógica, do indivíduo – em termos da relação custos-benefícios fazendo com que o eixo do poder institucional se desloque, despersonalizando-se. “O trabalhador é considerado se for rentável”, nas palavras de Gaulejac (2007, p. 50). A lógica gerencialista está preocupada, enfim, menos com o gerenciamento ideal da empresa e mais com adequado gerenciamento dos recursos organizacionais, sobremaneira os humanos, em simetria com a capacidade de proporcionar rentabilidades financeiras crescentes. É o gerenciamento posto a serviço do capital.

Marca registrada da organização empresarial contemporânea, a ideologia gerencialista, conforme aponta Gaulejac (2007), é sutil em cooptar o trabalhador, no fazer com que ele se engaje de forma “voluntária” ao projeto da empresa e “vista a camisa” em conformidade com as regras e prescrições e, assim, se entregue física e psiquicamente ao que crê ser um trabalho contemporâneo, sem tempo e espaço definidos, com liberdade e criatividade, normalmente conectado com as mais avançadas tecnologias informáticas. Tudo isso visto como aspectos sedutores que dão *status* profissional. E não é sem razão. Essa ideologia “[...] apresentaria menos atração se não estivesse associada a valores como o gosto de empreender, o desejo de progredir, a celebração do mérito ou o culto da qualidade. Valores positivos que vem de encontro às aspirações humanas mais profundas e dificilmente contestáveis” (GAULEJAC, 2007, p. 81).

Contudo, prejuízos à saúde do trabalhador surgem em decorrência dessa entrega físico-psíquica quase sem limites, sob a dominação da sua subjetividade, engendrada e executada pela ideologia gerencialista. É a intensificação do trabalho, que passa a assumir

o controle da vida do indivíduo a tal ponto que gera interferências na forma com que conduz as relações sociais no próprio ambiente de trabalho e em outras dimensões de sua vida. Uma dessas interferências diz respeito ao elemento competição que acaba por naturalizar-se de tal maneira que ações da ordem de “acabar com o outro, com o colega, com a empresa concorrente” passam a se tornar banais e consideradas comuns dentro dessa lógica. É o *Business War*, nos termos de Gaulejac (2007), em que “É preciso ser sempre mais eficaz e produtivo para sobreviver. A competição é considerada como um dado ‘natural’, ao qual é preciso adaptar-se bem” (GAULEJAC, 2007, p. 73). E o elemento competição, levado a ser compreendido pelo trabalhador como meio de sua sobrevivência organizacional, leva também a fragmentações do aspecto coletivo do trabalho, “[...] induz a uma coletividade anômala, a uma falsa solidariedade ou a um fetiche de solidariedade” em que “[...] as relações de trabalho tendem a se tornar cada vez mais empobrecidas, esvaziadas de sua potencialidade humano-genérica” (SILVA E SILVA JUNIOR, 2011, p. 56-57).

Assim, pode-se arriscar dizer que a ideologia gerencialista tenta mascarar a alienação do trabalhador na medida em que engendra um sistema simbólico que procura “naturalizar” relações dentro da organização do trabalho que são contraditórias, buscando dotar de sentido o trabalho que se realiza inserido numa lógica que, pela própria essência, é esvaziada de sentido, pois busca concretizar objetivos que não são do trabalhador, cujo trabalho que executa está desconectado com seu ser e sua realidade.

3 Trabalho do professor-pesquisador em instituições universitárias gerencialistas

Não é difícil perceber, a partir de observações atentas, que a relação universidade-empresa tem sofrido modificações substanciais e se intensificado em períodos recentes, principalmente em áreas do conhecimento fortemente ligadas a mercados. Modificações e intensificação relacional estas que tem ocorrido dentro de um contexto recente e específico da evolução do sistema capitalista caracterizado marcadamente pela lógica da valorização do conhecimento como motor econômico. Aliás, não é nova nem atual a ideia que atrela o conhecimento ao desenvolvimento econômico posto que o interesse empresarial, desde o final do século XVIII, já recaía sobre o conhecimento científico que a ciência os produzia para a indústria européia nascente (Machado; Bianchetti, 2011).

E a forma como essa relação está sendo conduzida, ampliada e intensificada, tem trazido para o contexto das universidades brasileiras já há algum tempo e, antes e

principalmente, para seus professores, implicações de ordem modificativa nos processos de gestão, nas dinâmicas de trabalho institucionais e na vida pessoal desses trabalhadores.

As clássicas concepções de universidade, que oscilam entre a liberal, a de investigação – *humboldtiana* – e a de serviços – *napoleônica* (ESTEVES, 2011; SGUISSARDI, 2006) já não dão conta de explicar o que se observa enquanto tendência emergente em relação às instituições universitárias contemporâneas. Em geral, as três concepções estão presentes simultaneamente nas instituições de ensino superior.

No Brasil tem prevalecido o modelo *neonapoleônico* nas instituições universitárias que conforme Sguissardi (2006, p.84) “[...] poderiam ser classificadas como universidades de ensino, escolas profissionais [...]”. A afirmação do autor refere-se ao que se observa na realidade brasileira em termos de modelo de ensino superior fomentado pelas políticas do setor: modelo pautado pelo incentivo da oferta do ensino superior como formação profissional por instituições privadas (educação superior como um bem comercializável). Entretanto o modelo *neohumboldtiano* também está presente no ambiente do ensino superior brasileiro, notadamente nas universidades públicas que é onde acontece o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação. Ambos trazem como características marcantes de sua essência alinhamento ao consenso mundial construído, incentivado e implementado em diversos países que, de um lado, considera o ensino superior para formação profissional como um bem privado e, de outro lado, que incentiva o investimento público nas atividades de desenvolvimento científico e inovação nas universidades públicas. E também a subsunção de quase tudo que fazem em ensino e pesquisa às necessidades do desenvolvimento econômico e à ideia de que desta forma estará sendo promovido o retorno dos investimentos na educação superior para a sociedade, na forma de qualificação de pessoal e de produtos e inovações que melhorem as condições de vida das pessoas (aquelas que poderão pagar, claro).

Por isso controlar é a palavra de ordem dentro do contexto em que se inserem as discussões aqui apresentadas. Mas não se trata de qualquer controle, mas de um controle específico, heterônomo e com características próprias daquele que é exercido nas organizações empresariais. É preciso gerenciar, dentro dessa perspectiva, o que e quanto se está produzindo e, supostamente, como se produz a pesquisa nas universidades públicas brasileiras. É preciso que elas se ajustem em termos de gerenciamento de suas atividades para que cumpram sua função de gerar novos conhecimentos, transferindo-os para o setor empresarial que supostamente irá promover o bem-estar social ao disponibilizar tais conhecimentos à sociedade.

A heteronomia, nesse caso, refere-se ao controle exercido de fora da universidade e que de certa forma modela o comportamento dos trabalhadores que nela desenvolvem suas atividades, com destaque para o trabalho do professor. É um controle legal, normativo e que

emana dos órgãos reguladores do Estado sobre as atividades exercidas no ensino superior – MEC, CAPES, CNPQ, no caso brasileiro. Tais órgãos interpõem normas e exigências que refletem o padrão a ser observado e medido quantitativamente sobre o fazer-docente nas universidades. E isso tem haver quase que exclusivamente com o fazer-docente em pesquisa, que se dá em grande medida diretamente relacionada com a pós-graduação.

A esse respeito dois pontos merecem destaque. Primeiro, as universidades brasileiras pouco participaram ou participam nas deliberações e decisões de estabelecimento desse padrão. E uma hipótese que talvez explique isso é o fato de o Estado manter estreita relação com o setor produtivo, relação esta que se mostra favoravelmente inclinada aos interesses empresariais sobre o conhecimento científico desenvolvido nos centros de pesquisa públicos brasileiros. Segundo, tanto nas universidades públicas quanto nas instituições privadas de ensino superior, o ensino é praticamente posto em segundo plano, com pouca preocupação em termos de controle efetivo (não que se concorde com um controle nos moldes do que ocorre com as atividades de pesquisa). Isso põe em evidencia que a formação vem sendo posta de lado, esquecida, dado que o que importa é produzir, ainda que sem formação ou conteúdo (ALCADIPANI, 2011).

A universidade, tomada como uma organização na acepção administrativa do termo – isto é, que precisa ser gerida, mediada e integrada nos seus diferentes elementos/recursos para ser posta em movimento de buscar concretizar seus fins – tem assumido, numa perspectiva geral, modelo de gestão pautado pela lógica gerencialista das organizações empresariais (FONTENELE, 2012; ROSSATO, 2011; CHAUI, 2003; ALCADIPANI, 2011). Fontenelle (2012), a esse respeito, afirma que os negócios têm se tornado mais acadêmicos e a academia tem se orientado cada vez mais pelo ritmo dos negócios. Rossato (2011, p. 27), por sua vez, aponta que “[...] Talvez a mais significativa das mudanças no mundo da universidade tenha ocorrido de fora para dentro: a linguagem acadêmica foi invadida pela linguagem da empresa, da administração, do comércio, do trabalho, do mercado”. E Chauí (2003, p. 6), refletindo sobre a nova perspectiva da universidade pública brasileira, põe em questão “como foi possível passar da idéia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços”, se metamorfoseando em uma “universidade operacional” conduzida por meio de “contratos de gestão, com avaliação por índices de produtividade, calculada para ser flexível”.

Esse contexto parece estar sendo assumido, portanto, como padrão nas universidades, notadamente nas públicas em que a pesquisa tem se apresentado como a principal atividade de sustentação do fazer universitário ou, pelo menos, meta estabelecida para ser atingida o quanto antes, dado que *time is money* – conforme diz conhecido e usado

jargão empresarial. Para os trabalhadores das universidades – destacadamente os professores-pesquisadores – a gestão pautada pelo padrão do mundo dos negócios tem imposto assumirem comportamentos próprios daqueles verificados nos chamados “profissionais do mercado”: competitividade, produtividade, busca pela excelência, pela inovação, pela qualidade total. E assim como no mundo dos negócios, a universidade passa a incorporar sistemas de avaliação – heterônomos – para mensurar o desempenho e a produtividade dos seus “professores-profissionais-pesquisadores”. E de tal modo isso tem se tornado naturalizado que, de acordo com Wood Jr. (2012), “[...] a vida acadêmica assemelha-se cada vez mais ao trabalho em uma linha de montagem fordista, com capatazes, metas e uma irritante burocracia.”

Mas em que se fundamenta a ideologia gerencialista? De acordo com Gaulejac (2007, p. 108) a ideologia gerencialista é menos burocracia, estando mais próxima de “[...] um sistema sociopsíquico de dominação, fundado sobre um objetivo de transformação da energia psíquica em força de trabalho”. O controle que se exerce nesse contexto não se relaciona com o controle físico, mas com o controle da psique do indivíduo através de um sistema de mobilização psíquica a serviços dos objetivos organizacionais. A sedução, a adesão e o reconhecimento do trabalhador são os elementos que permitem o controle psíquico. O trabalhador não sofre mais repressão, imposição e não se requer dele obediência. Ele precisa ser seduzido a trabalhar nesta ou naquela empresa. Em muitas situações empresas se assemelham a grifes, a marcas que seduzem os consumidores a comprá-las, a usarem-nas. O trabalhador, assim, não mais tem que concordar e obedecer aos termos da empresa, mas se identifica com eles, adere a eles, que passam a ser seus também. Ele se envolve e é envolvido por uma lógica de participação, de contribuição de reconhecimento de seu trabalho. O salário, a remuneração já não é fator primordial na decisão em trabalhar numa ou noutra empresa. Condições de trabalho, reconhecimento e projeção social, liberdade de tempo e de espaço são ingredientes que passam a ser considerados tanto ou mais até que questões salariais. É assim que, portanto,

O trabalho é apresentado como uma experiência interessante, enriquecedora e estimulante. Cada trabalhador deve sentir-se responsável pelos resultados para poder desenvolver suas competências e seus talentos, assim como sua criatividade. O essencial não é mais o respeito pelas regras e pelas normas formais, mas a emulação permanente para realizar os objetivos. A mobilização pessoal torna-se uma exigência. Cada um deve ser motivado para preencher seus objetivos com entusiasmo e determinação. (GAULEJAC, 2007, p. 109)

Dois conseqüências, dentre algumas já descritas na literatura sobre o assunto (SILVA, SILVA JUNIOR, 2011; ALCADIPANI, 2011; GAULEJAC, 2007), se destacam e se verificam para professores-pesquisadores dentro desse cenário de persuasão e coerção

institucional: adoecimento por conta do trabalho (estresse e depressão principalmente) e relações interpessoais no próprio trabalho, na família e na vida social empobrecidas, esvaziadas de sentido e esgarçadas. A esse respeito, ao discutirem a questão da avaliação heterônoma da pós-graduação e a desumanização das relações de trabalho na instituição universitária pública, Silva e Silva Junior (2011, p. 69) afirmam que,

As conseqüências do trabalho intensificado não se limitam às restrições ao lazer e à vida familiar, atingindo também a saúde do professor. Um dos aspectos mais presentes, na fala dos professores pesquisadores sobre a evolução da prática universitária ou da intensificação e precarização do trabalho é o que diz respeito à crescente incidência de estresse, doenças de cunho depressivo e consumo freqüente de ansiolíticos.

De fato o que é dado perceber é que a universidade tem incorporado, aparentemente de forma sistemática, o discurso e a prática de modelos de gestão pautados em uma lógica gerencialista (GAULEJAC, 2007), própria do mundo dos negócios, em que elementos como produtividade, competitividade e avaliação de desempenho – tanto institucional quanto individual – são assumidos como práticas “naturais” de uma organização produtora de conhecimento que, como qualquer outra, precisa de gerenciamento nos padrões mercadológicos. Porém esse modelo de universidade vem sendo bastante criticado e tem afastado as universidades de seus fins, transformando-as em torres de marfim, voltadas para o próprio umbigo (WOOD JR.,2012).

Mas afinal, o que vem a ser produtividade? E qual o sentido de produtividade para a universidade e para o professor-pesquisador que nela trabalha? A resposta a essas questões demanda análises cuidadosas. De acordo com Saviani (2010, p. 42) “do ponto de vista capitalista, produtividade é definida pela valorização do capital, isto é, o seu crescimento por incorporação de mais-valia”. Ou seja, não é somente a produção de algo que possa ser medido quantitativamente, de uma mercadoria, por exemplo. Mas a produção “[...] da qual resulta diretamente mais-valia” (SAVIANI, 2010, p. 42). Daí decorre a questão do trabalho material, em cujo resultado se observa a separação entre produto e ato de produção. Mas e na atividade docente e de pesquisa, é possível separar o produto do ato de produção? No sentido em que Marx (1978, p. 79) coloca, não, dado que se trata, neste caso, de trabalho não-material:

O produto não é separável do ato de produção. Aqui, também, o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada, e pela própria natureza da coisa, não se dá senão em algumas esferas. (Necessito do médico, não de seu moleque de recados). Nas instituições de ensino, por exemplo, os docentes podem ser meros assalariados para o empresário da fábrica de conhecimentos. Não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista.

É nesse sentido colocado por Marx, portanto, que se situa o ensino e a pesquisa. Entretanto, no conjunto das concepções da teoria do capital humano, o ensino e a pesquisa supõem a objetivação do trabalho científico e docente, ou seja, a separação entre produto e produtor, e é nesse sentido que a produtividade acadêmica pode ser compreendida a partir de sua atual configuração. Isto é, no campo da produção de conhecimentos, da pesquisa propriamente dita, a produtividade se reveste pelo número de artigos científicos, capítulos de livros e livros publicados, pela inovação gerada, dissertações e teses orientadas e produzidas, pela redução de tempo na produção de dissertações e teses, dentre outros. No ensino, pela racionalização, planejamento e controle técnico do processo pedagógico e, mais recentemente, pelo discurso tecnológico no âmbito da aula, com destaque para as novas configurações tecnológicas relativas à Educação à Distância, em que tempo e espaço para aprender não se restringem mais a horários pré-estabelecidos e ao prédio das salas de aula.

Contudo, retomando a concepção de Marx sobre trabalho não-material, Silva e Sacramento (2010, p. 194) acenam com uma forma pela qual a imaterialidade do trabalho decorrente da função do professor-pesquisador em ciência e tecnologia se materialize dentro dos contornos da criação de mais-valia, ainda que indiretamente, colocando a questão da

[...] possibilidade de um trabalhador improdutivo vir a possuir funções ontologicamente produtivas, como seria o caso do professor universitário que, ao fazer uma pesquisa aplicada à produção pela mediação e financiamento do Estado e fundo público, seria formalmente improdutivo, conquanto não diretamente gerador de mais-valia. Contudo, o Estado, uma externalidade do capital, através de princípios de cooperação com o capital, poderia propiciar que o conhecimento produzido se incorporasse à produção, de modo a contribuir para que se internalizasse, na produção e geração da mais-valia, uma externalidade.

A esse quadro cabe acrescentar também aspecto referente à crescente prevalência de perspectivas econômicas percebidas e observadas no âmbito do ensino superior na forma da relação universidade-empresa. Nessa relação a prevalência da perspectiva econômica acaba transformando o professor-profissional-pesquisador em um operador da ciência e da inovação a serviço do mercado, um instrumento a serviço da obtenção de resultados por meio da produção de conhecimentos que possam e venham a ser incorporados nos produtos e serviços das corporações.

É preciso ressaltar ainda uma questão importante para a compreensão desse processo todo discutido até aqui: o da modificação na concepção de universidade. A modificação na concepção de universidade enquanto instituição social para universidade como organização social está conectada com um contexto histórico e político de reformas

do Estado brasileiro que culminou em reclassificação dos setores que o compõem, em que a educação foi considerada um setor de serviços não exclusiva do Estado. E foi tal classificação da educação como uma “prestação de serviço” que re-significou sua compreensão não mais como um Direito e um Serviço Público. O eixo desloca-se da compreensão da educação como um direito do cidadão em que o Estado é o responsável por sua oferta e execução para um direito do cidadão onde o Estado tem que proporcionar as condições para que seja disponibilizado. No caso específico do ensino superior, em um passado recente, essa re-significação resultou na abertura de um “mercado” que se expandiu e cresceu rapidamente conduzida pela iniciativa privada, em que faculdades, centros universitários e universidades foram criados por todo canto do Brasil. E esse “mercado” recente do ensino superior é a manifestação concreta da ação do Estado Brasileiro tomando a educação de nível superior como um serviço e disponibilizando as condições para sua oferta às pessoas.

E as reformas ocorridas do Estado brasileiro em relação à educação, em específico à educação superior, num passado recente, estão claramente alinhadas com um contexto econômico e político em nível mundial que se relaciona com estratégias de domínio e controle do conhecimento. Thirft (2005), a esse respeito, afirma que vem sendo estabelecida uma grande simetria entre o mundo acadêmico e o dos negócios em que tanto instituições acadêmicas quanto empresariais estão compartilhando as mesmas inquietações frente a uma urgência relacionada à inovação, ou seja, transformar saberes em conhecimento útil com a finalidade de agregar valores a produtos, processos ou serviços empresariais. Rossato (2011), por sua vez, diz que três grandes tendências recentes, constituintes de uma conjuntura internacional, merecem destaque em termos de reflexos diretos sobre o ensino superior brasileiro e seu alinhamento ao mercado: (a) o processo de internacionalização da educação; (b) o modelo europeu de ensino superior, com destaque para o acordo de Bolonha; e (c) a universidade como serviço educacional.

E para dominar e controlar conhecimentos, colocando-os a serviço do capital, que espaço é mais propício para ser dominado e controlado, em termos de poder e ideologia, senão a universidade, em especial aquela que produz ciência, e seus trabalhadores, os professores-pesquisadores?

4 Conclusões

O texto apresentado possui, claramente, muitas lacunas não preenchidas. Tais lacunas são pontos importantes para análise da compreensão do trabalho do professor –

especialmente o que desenvolve pesquisa – da universidade pública, pautada em termos de gestão pela lógica do processo gerencialista e que, portanto, cultua o produtivismo e a medida do que seus trabalhadores produzem como eixo que norteia o seu caminhar na hoje “tão decantada sociedade do conhecimento”. Por exemplo, discutir mais e aprofundadamente a questão do adoecimento do professor-pesquisador frente às exigências heterônomas que desembocam na neurose do produtivismo por ele assumido como “ordem do dia”. Discutir mais e aprofundadamente também questões relacionadas às avaliações e seus critérios impostos pelos diversos órgãos que gerenciam o processo de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico no país e assumidos, sem resistência ou críticas, pela universidade e seus pesquisadores de ciência e tecnologia. Por fim, discutir sobre a submissão da universidade aos padrões e exigências do desenvolvimento capitalista e como isso está se dando através da lógica gerencialista, que se apresenta de forma objetiva, quantitativa, científica, com critérios de eficiência, eficácia, custo-benefício e que, por isso mesmo, tem sido pouco ou quase nada contestada e combatida.

Mas como primeira aproximação ao assunto, discute apropriadamente a questão, em uma perspectiva geral, dando subsídios para o início de reflexões mais trabalhadas sobre o tema. Nesse sentido, o texto procurou pincelar um pouco sobre todas as lacunas apresentadas no parágrafo precedente e apontar que muito mais há que se considerar para compreender de forma mais completa a imbricação do trabalho do professor, do produtivismo acadêmico e da lógica gerencialista em instituições universitárias.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, Rafael. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n. 4, opinião 3, Rio de Janeiro, Dezembro de 2011.
- BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 1. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, set/ dez, n. 24, p. 5-15, 2003.
- DEMO, Pedro. A educação do futuro e o futuro da educação. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea)
- DRUCKER, Peter. *Desafios gerenciais para o século XXI*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

ESTEVEES, Manuela. Dimensões sobre a qualidade da formação docente e do desenvolvimento profissional no ensino superior. IN: ISAIA, Sílvia Maria de Aguiar (org.) Qualidade na educação superior: a universidade como lugar de formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. (Série Qualidade na Educação Superior; 2)

FONTENELLE, Isleide A. Para uma crítica ao discurso da inovação: saber e controle no capitalismo do conhecimento. *RAE: Revista de Administração de Empresas*, jan/fev, v. 52, n. 1, p.100-108, 2012.

GAULEJAC, Vincent de. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. 2ª ed. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2007. (Coleção Management, 4)

Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

ROSSATO, Ricardo. Universidade Brasileira: novos paradigmas institucionais emergentes. In: ISAIA, Sílvia Maria de Aguiar (org.) Qualidade na educação superior: a universidade como lugar de formação. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2011. (Série Qualidade da Educação Superior ; 2).

SAVIANI, Demerval. O dilema produtividade-qualidade na pós-graduação. *Revista Nuances: estudos sobre Educação*, jan/ dez, v. 17, n. 18, p. 32-49, 2010.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? IN: RISTOFF, Dilvo; SVEGNANI, Palmira (orgs.) Modelos institucionais de educação superior. Brasília: INEP, 2006. (Coleção Educação Superior em Debate; 7)

SILVA, Eduardo Pinto e; SACRAMENTO, Leonardo. Mundialização do capital e ciência: elementos da teoria do valor de Marx para o debate sobre o trabalho do professor pesquisador em ciência & tecnologia. *Revista HISTEBR online*, set, n. 39, p.183-196, 2010.

SILVA, Eduardo Pinto e; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Da avaliação heterônoma da pós-graduação à desumanização das relações de trabalho na instituição universitária pública. In: ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz (org.). **Avaliação da educação: diferentes abordagens críticas**. São Paulo: Xamã, cap.4, p.55-73, 2011.

THRIFT, Nigel. *Knowing capitalism*. London: Sage, 2005. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 11/06/2012.

WOOD JR., Thomaz. *Inferno na torre... de marfim*. Publicado em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/inferno-na-torre-de-marfim/?autor=14>>. Acessado em: 18/06/2012.